

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.762 - MG (2019/0297848-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : WARLEY FERREIRA GOMES (PRESO)
ADVOGADO : BRUNO CORREA LEMOS - MG164958
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O recorrente alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

Requer, liminarmente, a expedição de **alvará de soltura**, por reputar inidôneos os motivos adotados para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, em custódia preventiva.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que o Juízo singular, ao convolar o flagrante em prisão preventiva, ressaltou que "o autuado possui condenação por crime de tráfico de drogas e passagens pela polícia, sendo que lhe foi concedida recentemente liberdade provisória nesta CEFLAG" (fl. 36).

Essas circunstâncias evidenciam, à primeira vista, a necessidade de manutenção da prisão preventiva para assegurar a ordem pública, dados o **risco de reiteração delitiva** e a **maior periculosidade do acusado, reincidente na prática delitiva**.

A esse respeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que **a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva** e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. Ilustrativamente:

[...]

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, **em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente é reincidente na prática delituosa**. A prisão preventiva,

Superior Tribunal de Justiça

portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

[...]

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem parcialmente concedida de ofício, para determinar que o paciente aguarde o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias em estabelecimento prisional adequado ao regime fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto), salvo se por outro motivo estiver preso (**HC n. 443.429/TO**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 25/4/2018, sublinhei).

À vista do exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, sobretudo a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**